



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de Universidade ou Faculdade Pública ou Privada de ensino superior, para organização e operacionalização de concurso público para provimento de vagas e cadastro de reserva para cargos públicos.

Secretaria: COMPRAS E CONTROLE.

Responsável pela elaboração do Termo: ABDON SUREKE.

Critério de julgamento: MENOR VALOR POR ITEM.

Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO

Nota: Os critérios de julgamento, nos termos do art. 33 da Lei 14.133/21 podem ser:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O Termo de Referência é precedido de Estudo Técnico Preliminar?

(x) Sim.

() Não.

Justificativa:

Trata-se de instauração de processo para contratação de Universidade ou Faculdade Pública ou Privada de ensino superior, para organização e operacionalização de concurso público para provimento de vagas e cadastro de reserva para cargos públicos.

Elucida-se que a licitação realizada anteriormente – Concorrência Eletrônica 03/2023, a empresa participante inabilitou, assim restando o processo fracassado, o que justifica abertura de novo certame.

A contratação tem o objetivo de atender à demanda de serviços técnicos específicos relativos à organização e execução de concursos públicos no Município de Virmond, eis, que é urgente a recomposição de seus quadros funcionais, mediante o provimento de cargos públicos efetivos.



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

A presente contratação se justifica tendo em vista a existência de cargos desocupados decorrentes de candidatos que foram convocados no concurso vigente, e acabaram por não assumir, assim como pela necessidade das demais vagas para suprir o atendimento aos munícipes, portanto, faz-se necessária a abertura de concursos públicos para provimento de cargos efetivos.

Considerando que a realização de concurso público não representa uma atividade rotineira do Município de Virmond, assim este não dispõe de estrutura técnico-profissional e infraestrutura física própria para elaboração de concurso público.

Ante o exposto e para atender à demanda do Município, a empresa realizadora do concurso deve possuir uma inquestionável capacidade para realização do certame, envolvendo atividades de elaboração de editais e comunicados; atendimento a candidatos e terceiros interessados (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas); recebimento de formulários de inscrição; elaboração, aplicação e correção de provas objetivas e provas de

desempenho prático; divulgação de resultados; análise de recursos judiciais e administrativos; guarda de materiais utilizados e manutenção de sigilo e demais atividades acessórias. A instituição contratada também deverá demonstrar larga experiência na realização de concursos públicos e oferecer, entre outros: corpo técnico qualificado, estrutura física própria onde são manuseadas as provas para revisão, diagramação, impressão, empacotamento, identificação e emalotamento controlado e com monitoramento 24 horas; assessoria Jurídica própria de apoio para as necessidades de demandas com o candidato e órgãos fiscalizadores; profissionais qualificados para atender a demanda de candidatos deficientes e para capacitar e viabilizar treinamento de aplicadores; execução do processamento da correção das provas objetivas de forma automatizada.

Cargos e Vagas previstas para os quais o Município de Virmond realizará concurso público:

| ITEM | DESCRIÇÃO DE CARGO | Nº DE VAGAS | ESCOLARIDADE | CARGA HORÁRIA | VENCIMENTO |
|------|-------------------------------|-------------|--|------------------|--------------|
| 1 | AUDITOR FISCAL | 1+CR | ensino superior em administração ou matemática ou contabilidade ou economia ou direito | 40 horas semanal | R\$ 4.200,00 |
| 2 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 1+CR | ensino fundamental completo | 40 horas semanal | R\$ 1.500,00 |
| 3 | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I | 1+CR | ensino fundamental incompleto (com 1º segmento | 40 horas semanal | R\$ 1.284,72 |



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

| | | | | | |
|----|---------------------------------|------|---|------------------|--------------|
| | | | completo - 4ª série do ensino fundamental de 8 anos ou 5º ano do ensino fundamental de 9 anos) | | |
| 4 | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, | 1+CR | ensino fundamental incompleto (com 1º segmento completo - 4ª série do ensino fundamental de 8 anos ou 5º ano do ensino fundamental de 9 anos) | 40 horas semanal | R\$ 1.284,72 |
| 5 | CONTADOR | 1+CR | ensino superior em ciências contábeis, com registro no conselho de classe correspondente | 40 horas semanal | R\$ 6.015,62 |
| 6 | ENGENHEIRO CIVIL | CR | ensino superior em engenharia civil, com registro no conselho de classe correspondente | 20 horas semanal | R\$ 3.833,78 |
| 7 | FARMACÊUTICO | CR | ensino superior em farmácia, com registro no conselho de classe correspondente | 40 horas semanal | R\$ 4.449,94 |
| 8 | FISCAL TRIBUTÁRIO | CR | ensino médio completo | 40 horas semanal | R\$ 2.200,00 |
| 9 | MOTORISTA GERAL II | CR | ensino fundamental incompleto. conhecimento prévio do funcionamento dos veículos, carteira nacional de habilitação categoria B | 40 horas semanal | R\$ 1.928,70 |
| 10 | OPERADOR DE MÁQUINAS | CR | ensino fundamental incompleto (com 1º segmento completo - 4ª série | 40 horas semanal | R\$ 2.425,48 |



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

| | | | | | |
|----|------------------------|------|--|------------------|---|
| | | | do ensino fundamental de 8 anos ou 5º ano do ensino fundamental de 9 anos). Conhecimento prévio do funcionamento dos veículos e máquinas operadoras, carteira nacional de habilitação categoria D | | |
| 11 | PROFESSOR | CR | formação em pedagogia ou licenciatura + magistério | 20 horas semanal | P-0 R\$ 2.089,12 OU P-1 R\$ 2.298,04 |
| 12 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | CR | ensino médio completo com curso técnico em enfermagem, com registro no conselho de classe correspondente | 40 horas semanal | R\$ 2.700,00 |
| 13 | TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL | CR | ensino médio completo, formação em curso técnico em higiene dental ou técnico em saúde bucal | 40 horas semanal | R\$ 1.865,60 |
| 14 | VETERINÁRIO | 1+CR | ensino superior em veterinária, com registro no conselho de classe correspondente | 20 horas semanal | R\$ 2.332,00 |
| 15 | PSICÓLOGO | CR | ensino superior em psicologia, com registro no conselho de classe correspondente | 20 horas semanal | R\$ 2.332,00 |



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Reiteramos a descrição da solução como um todo apresentada no Estudo Técnico Preliminar, sendo:

A contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição. Deve-se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento à necessidade garantindo-se a contratação.

a) Critério: Os serviços devem ocorrer dentro os prazos e metas elencadas.

| <i>Etapa</i> | <i>Descrição</i> | <i>Prazo</i> |
|--------------|--|--|
| 1. | Entrega do conteúdo programático | Máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato |
| 2. | Entrega do Edital de Abertura | Máximo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura do contrato |
| 3. | Entrega da lista de candidatos inscritos | Máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar do dia subsequente ao encerramento das inscrições |
| 4. | Realização da prova escrita | Máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação do Edital de Abertura |
| 5. | Entrega do resultado da prova escrita, com desempate | Máximo de 8 (oito) dias úteis a contar da realização da prova; e havendo recursos, no máximo de 05 (cinco) dias úteis após o julgamento dos recursos do respectivo cargo |
| 6. | Entrega do resultado da prova prática, com desempate | Máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de realização da prova; e havendo recursos, no máximo de 05 (cinco) dias úteis após o julgamento dos recursos do respectivo cargo |
| 7. | Entrega do resultado da prova de aptidão física | Máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de realização da prova; e havendo recursos, no máximo de 05 (cinco) dias úteis após o julgamento dos recursos do respectivo cargo |

b) Práticas de Sustentabilidade: Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, a contratada deve seguir, naquilo que couber, as seguintes diretrizes ao longo da execução contratual:

I - Menor impacto sobre os recursos naturais;

II - Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- c) Metodologia de Análise: A análise será realizada pelo Fiscal do Contrato de acordo com as obrigações do contratante e contratada.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Foi realizada pesquisa de preços com três empresas do ramo, assim como com demais entes públicos sendo feita a média dos três menores preços, da cesta de preços.

Traz-se à baila que não foi possível abarcar para este item (contratação de empresa para realização de concurso público), todas as formas de coleta de preços elencadas no Art. 23, § 1º, da Lei Federal nº. 14133/21.

Elucida-se que não houve concurso público realizado no último ano por este ente público, para se utilizar como referência de preços.

O objeto deste edital não consiste naquele que possui tabela de referência padronizada por órgão público Federal, assim ficando prejudicado esse tipo de pesquisa de preços.

Em relação a consulta no sistema Nota Paraná este objeto não abarca, eis, que o sistema NotaParaná trata-se apenas de aquisição de produtos. Ou seja, não consta este objeto para consulta de preços.

As demais formas de coleta elencadas na Lei Federal nº. 14133/2021 e Decreto Municipal que regulamenta a utilização da nova lei de licitações, não foi possível realizar, devido a especificidade deste objeto, sendo que as empresas ofertam seus valores com base nos cargos a serem realizados a elaboração e aplicação de provas. Cargos com realização de prova prática, geralmente oneram os custos da realização do concurso, dentre outras variáveis.

O valor máximo da presente licitação é de R\$ 70.468,24 (setenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), para uma previsão de 1000 (mil candidatos) candidatos inscritos homologados.

Na hipótese de ultrapassar o número de 1000 (mil candidatos) candidatos, será cobrada uma taxa de R\$45,00 (quarenta e cinco reais) por candidato excedente.

O pagamento dos valores será realizado em 2 (duas) parcelas, conforme o disposto a seguir:

Primeira parcela: Após a publicação do edital de Abertura do Concurso (50% do valor do contrato);

Segunda parcela: Após a homologação final do concurso (50% do valor do contrato);



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

Em havendo aditivo do concurso, no caso de inclusão de cargo, o pagamento respeitará a mesma forma prevista acima.

.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Encaminhar-se-á o presente para o Departamentos de Contabilidade, para apresentação de indicação da fonte orçamentária que custeará o objeto.

CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

O objeto trata de:

() Compras; (x) Serviços; () Compras e serviços.

Nota: Conforme art. 6º da Lei 14.133/21:

*X - **compra:** aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;*

*XI - **serviço:** atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;*

Os bens e serviços são comuns ou especiais?

(X) Bens e/ou serviços comuns; () Bens e ou serviços especiais.

Justificativa:

A contratação dos serviços para elaboração de concurso público, consiste em objeto comum, conforme determina o Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº. 14.133/21.

Nota: Conforme art. 6º da Lei 14.133/21:

*XIII - **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

*XIV - **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;*

Em caso de bens e serviços especiais, apresentar a justificativa.



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

Tratam-se de serviços e/ou fornecimento contínuo ou por escopo?

- (X) Serviços ou compras por escopo (ou não contínuos). Lotes: _____.
- () Serviços ou fornecimentos contínuos. Todos os lotes
- () Serviços ou fornecimentos contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- Lotes: _____.

Nota: Conforme art. 6º da Lei 14.133/21:

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

XVI - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

XVII - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

PARCELAMENTO OU AGRUPAMENTO DE ITENS

A adjudicação dos objetos será realizada por:

- (x) Adjudicação por item(ns) unitário(s) separadamente;
- () Adjudicação por grupo(s) de item(ns);
- () Adjudicação por item(ns) unitário(s) separadamente e adjudicação por grupos de itens.

**Cada Lote do item “IDENTIFICAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO” corresponde a forma de adjudicação para o Lote, seja por conjunto de itens agrupados ou itens unitários.*

Justificativa:

O objeto foi disposto em apenas um lote, devido não ser possível o fracionamento. Portanto, a licitação deverá ser realizada na modalidade concorrência eletrônica, com efeito de atingir um número maior de possíveis empresas, privilegiando dessa forma os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

APLICAÇÃO BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

Participação exclusiva (ME/EPP) – Art. 48, I

Em relação aos itens/grupo de itens com valor inferior a R\$ 80.000,00, o benefício é aplicável?

() Sim, para os lotes com valor máximo de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

() Não, em relação aos Lotes nº _____;

Cota exclusiva (ME/EPP) – Art. 48, III

Em relação a itens/grupo de itens divisíveis, com valor igual ou superior a R\$ 80.000,00, o benefício (cotas de até 25%, é aplicável)?

() Sim, para todos os Lotes.

() Não, em relação aos lotes com valores acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Justificativa (art. 49):

Não se aplica a previsão de cota de 25%, devido ser inviável o fracionamento do objeto.

Nota: A justificativa é obrigatória em hipótese de não aplicação dos benefícios a micro e pequenas empresas e deverão ser fundamentadas conforme hipóteses de afastamento dos benefícios, nos termos do art. 49, II, III e IV da referida Lei, ou, em relação a cota exclusiva, o o objeto não for divisível.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Prazo de vigência do Contrato:

a) O prazo do contrato, decorrente do processo licitatório será de 12 (doze) meses;



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

Nota: A duração dos contratos da Lei 14.133/21 pode ser de:

1) O prazo do contrato apenas poderá ultrapassar o exercício financeiro, quando tiver previsão da despesa no plano plurianual (art. 105).

2) Até 05 anos para serviços e fornecimentos contínuos (art. 106). Prorrogáveis anualmente até 10 anos, desde que haja previsão em Edital.

3) Até 05 anos para aluguel de equipamentos ou utilização de programas de informática (art. 106).

3) Até 10 anos nas hipóteses previstas nas alíneas "f" e "g" do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei 14.133/21 (art. 108) (aplicável para alguns casos específicos de dispensa).

4) O prazo poderá ser indeterminado no caso de uso de serviço público fornecido em regime de monopólio (ex: COPEL). (art. 109).

5) Contratos de eficiência ou contrato que gere receita: Prazo de até 10 anos, quando não houver investimento; Prazo de até 35 anos. Quando envolver investimento (art. 110).

6) Os contratos por escopo são prorrogados automaticamente quando decorrido o prazo de vigência (art. 111). Dica: Nessas hipóteses colocar o vencimento até o último dia do exercício financeiro.

7) Até 15 anos para contrato de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação (art. 114).

8) Atas de Registro de Preços: Prazo de 01 ano, prorrogável por mais 01 ano (art. 82);

***Utilizar a alínea b do tópico apenas quando necessário para serviços e fornecimentos contínuo. Quando não for utilizar, excluir a alínea.**

DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações da contratada:

- a) Realizar os trabalhos que lhe são atribuídos com estrita observância aos preceitos da transparência, impessoalidade, moralidade, eficiência e legalidade, considerando as normas legais municipais, estaduais e federais que norteiam o assunto;
- b) Possuir estrutura como leitora de gabarito e sistema de informação, apropriada e capaz de atender as obrigações por parte da contratada;
- c) Adaptar o sistema de informação com vistas às necessidades da contratante;



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- d) Observar as regras dispostas no Edital de Abertura de Concurso, o qual será elaborado pelo Município em conjunto com a contratada;
- e) Receber as inscrições dos candidatos, por meio eletrônico;
- f) Receber e analisar os requerimentos de isenção da taxa de inscrição, de acordo com o previsto em legislação municipal e edital de concurso;
- g) Fornecer arquivo digital dos candidatos inscritos, contendo todos os dados e informações contidos na ficha de inscrição destes;
- h) Adaptar as provas e os locais de realização das provas, de acordo com as necessidades declaradas por candidatos com deficiência, após devidamente homologadas e autorizadas pela Comissão Organizadora de Concursos do Município;
- i) Disponibilizar no site da contratada todas as informações referentes ao concurso, tais como: editais, avisos, gabaritos, provas e outros, para consulta e impressão;
- j) Disponibilizar o ensalamento dos candidatos para consulta e impressão via Internet;
- k) Elaborar, aplicar e corrigir a prova escrita, para os cargos exigidos;
- k.1) As provas deverão ser elaboradas por profissionais comprovadamente habilitados para as quais deverão ser consideradas as especificidades do cargo, tais como: nível de escolaridade, conteúdo programático e atribuições e habilidades do cargo.
- l) Organizar, aplicar e apurar as provas práticas;
- m) Organizar, aplicar e apurar as provas de aptidão física, se houver;
- n) Fornecer os resultados das provas por cargo, com classificação e desempate, contendo: número da inscrição, nome do candidato, data de nascimento, número do documento de identificação e total de acertos nas questões específicas, quando couber, e média/nota final, por meio de documento impresso e em arquivo de editor de texto ou planilha eletrônica. **Ainda deverá a empresa fornecer arquivo digital em formato “CSV” conforme layout do Sistema Integrado de Atos de Pessoal – SIAP – Admissão;**
- o) Disponibilizar e remunerar os fiscais, coordenadores e equipes responsáveis pela limpeza, segurança e de primeiros socorros nos locais de realização das provas, bem como providenciar os equipamentos e insumos necessários para o desenvolvimento das atividades pertinentes ao certame;
- p) Fornecer as respostas e fundamentação de possíveis recursos, dentro dos prazos estabelecidos pela Comissão Organizadora de Concursos do Município;



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- p.1) Os recursos dos candidatos deverão ser endereçados primeiramente a Comissão de Concurso do Município. O Município fará o repasse à contratada dos recursos que serão necessários pareceres /respostas para fundamentar a decisão, que caberá a Comissão emitir. Se a contratada possuir forma de recebimentos dos recursos que considere eficiente e eficaz, este Município poderá avaliar tal opção quando da elaboração do edital de abertura do concurso.
- p.2) As respostas dos recursos deverão ser encaminhadas à Comissão Organizadora de Concursos do Município, devendo ser apresentadas de forma clara, concisa e fundamentadas.
- q) Manter representante da instituição, formalmente constituído, durante o período de organização, realização e conclusão do certame, o qual deverá manter-se disponível para o repasse de orientação por parte da contratante;
- r) Manter contato com os órgãos públicos responsáveis pela segurança e tráfego na localidade da realização das provas, objetivando conservar a segurança, a organização e a ordem nos locais de realização das provas;
- s) Apresentar antes da finalização dos trabalhos declaração de que os responsáveis pela elaboração/correção das provas não são cônjuges, companheiros ou companheira, e parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, dos candidatos inscritos;
- t) Cumprir as orientações e recomendações proferidas pelo Contratante.
- v) Todos os equipamentos, materiais de expediente e demais insumos decorrentes da organização e realização de todas as etapas do processo seletivo abrangidas neste certame são de responsabilidade da contratada, ressalvados os casos explicitamente previstos neste Edital.
- x) A contratada deverá manter os originais dos gabaritos dos .candidatos em arquivo, por 06 (seis) meses, a contar da data da homologação final do Concursos, fornecendo cópias originais para análise, quando solicitado pelo Contratante.

DO PAGAMENTO

O valor máximo da presente licitação é de R\$ 70.468,24 (setenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), para uma previsão de 1000 (mil candidatos) candidatos inscritos homologados.

Na hipótese de ultrapassar o número de 1000 (mil candidatos) candidatos, será cobrada uma taxa de R\$45,00 (quarenta e cinco reais) por candidato excedente.

O pagamento dos valores será realizado em 2 (duas) parcelas, conforme o disposto a seguir:



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- Primeira parcela: Após a publicação do edital de Abertura do Concurso (50% do valor do contrato);

- Segunda parcela: Após a homologação final do concurso (50% do valor do contrato);

O pagamento está condicionado a apresentação de comprovação de:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal;

III - Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

IV – Serão retidos, na fonte, de tributos e contribuições exigidos na forma da Lei, exceto, quando o fornecedor comprovar, juntamente com os documentos exigidos para o pagamento, ser optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples.

DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

I - Conferir minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados, as especificações constantes do termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

II - Proporcionar as condições necessárias ao fiel cumprimento das obrigações do fornecedor, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança;

III – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, por meio de fiscais especialmente designados.

IV - Efetuar o pagamento das notas fiscais de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira e demais condições legais e editalícias;

DA FISCALIZAÇÃO

I – A fiscalização do recebimento dos serviços ficará a cargo do(s) agente(s) público(s), denominado de Fiscal Responsável:



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- Abdon Sureke;

II - O Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações dos serviços executados pelo fornecedor, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência ou padrões mínimos de qualidade necessários para seu uso;

III - A fiscalização de que trata este *item* não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Nota: A habilitação divide-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- f. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- h. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitida nos últimos 90 (noventa) dias;
- b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. Prova de regularidade fiscal com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. Prova inexistência de débitos perante a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;
- f. Prova de inexistência de débitos perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Prova de cumprimento com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- h. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- b. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial (devidamente registrado na Junta Comercial), demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

c. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% do valor total estimado.

d. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

e. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

f. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Apresentar no mínimo de 02 (dois) atestados de capacidade técnica, expedido por órgão público, comprovando que a licitante prestou serviço de realização de concurso público com qualidade e pontualidade, devendo este estar registrado junto ao CRA e que contemplem a realização de concurso público com um mínimo de 500 inscritos, contemplando ainda a aplicação de Provas Objetivas, de Títulos e Prática.

i. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

ii. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

b. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Administração (CRA), da região da sede da empresa.

c. Certidão de Registro Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Administração - CRA, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em nome do profissional designado para ser o responsável pelo serviço. Este profissional deve possuir graduação de nível superior e deve comprovar seu vínculo com a empresa da seguinte forma:

1) em se tratando de sócio(s) da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social ou documento equivalente;

2) no caso de empregado(s), mediante cópia da(s) Carteira(s) de Trabalho devidamente registrada(s);

3) no caso de contrato de prestação de serviços, mediante cópia do contrato com firma reconhecida ou registro no órgão competente.

d. Comprovação de credenciamento da empresa realizadora do concurso junto ao MEC - Ministério da Educação.

e. Declaração de que a Empresa possui site próprio (endereço eletrônico) e sistema de correção de provas com tecnologia de leitora óptica

f. Declaração de que disponibilizará sistema de inscrição, recursos e e demais publicações pertinentes ao certame de forma on line.



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- g. Declaração formal de que a empresa dispõe de estrutura e pessoal técnico especializado, composto por advogado, administrador de empresa, técnicos em tecnologia da informação, entre outros, considerados essenciais para o cumprimento do objeto desta licitação.
- h. Declaração de que possui sistema de geração de boletos para o pagamento das taxas de inscrição, homologado pelo Banco Central;
- i. Declaração formal de que cumprirá todos os protocolos de combate à covid-19 vigentes no Município, garantindo segurança sanitária e distanciamento para realização das provas e atendimentos presenciais.
- j. Listagem com a relação nominal dos componentes da Equipe Técnica, com os respectivos currículos, de todo o pessoal envolvido no planejamento, organização, execução, processamento e resultados finais do concurso público.
- I) Os currículos deverão conter identificação, escolaridade e experiência na realização de Concurso Público para prestação de serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência.
- II) Cópia autenticada da anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou Ficha de Registro de empregado, quando este não fizer parte do Contrato Social da Empresa Proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços dos mesmos com a empresa Proponente.
- III) Declaração, datada e assinada pelo respectivo profissional, declarando fazer parte da equipe técnico-administrativa e responsabilizando-se pelas informações prestadas em seu currículo (mencionar no referido documento o nome das empresas e/ou instituição a qual faz parte).

5. DECLARAÇÕES

- a. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c. Declaração que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- d. Declaração que os sócios da empresa, bem como gerentes e diretores não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil. Assim como, não sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, do agente de contratação, pregoeiro de Virmond e dos demais agentes públicos envolvidos no presente procedimento licitatório, especialmente do Prefeito Municipal, da autoridade requisitante da contratação e o parecerista jurídico.
- e. Declaração de Sigilo.

DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A gestora da ata de registro de preços será a Senhora Terezinha Vereta.



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

DAS PENALIDADES E CRIMES ELENCADOS NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

1. Ficam sujeitas às penalidades alocadas no Código Penal Brasileiro, as empresas ou profissionais do Município de Virmond envolvidos no cometimento dos seguintes crimes:

a) Frustração do caráter competitivo de licitação:

Art. 337-F. Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

b) Patrocínio de contratação indevida:

Art. 337-G. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário:

Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

c) Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo:

Art. 337-H. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

d) Perturbação de processo licitatório:

Art. 337-I. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

e) Violação de sigilo em licitação:

Art. 337-J. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena – detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

f) Afastamento de licitante:

Art. 337-K. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena – reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida.

g) Fraude em licitação ou contrato:

Art. 337-L. Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou



Prefeitura Municipal de Virmond

Estado do Paraná

CNPJ n.º 95.587.622/0001-74

Avenida XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

- contrato dela decorrente, mediante:
- I- entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;
 - II – fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;
 - III – entrega de uma mercadoria por outra;
 - IV – alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;
 - V – qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução do contrato:
- Pena – reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

1.2 Identificado o possível cometimento dos crimes citados acima pelos licitantes e/ou servidores públicos, o processo licitatório deverá ser suspenso imediatamente e encaminhado cópia integral para Polícia Civil e Ministério Público Estadual, visando apurar como se deu, e quem cooperou para o cometimento dos crimes, para que as penalidades possam ser aplicadas aos infratores, visando preservar a realização de processos licitatórios com ética e legalidade, com intuito de melhor atingir o interesse público.

1.3 Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Virmond/PR, 12 de fevereiro de 2024.

Abdon Sureke
Secretário de Compras e Controle